

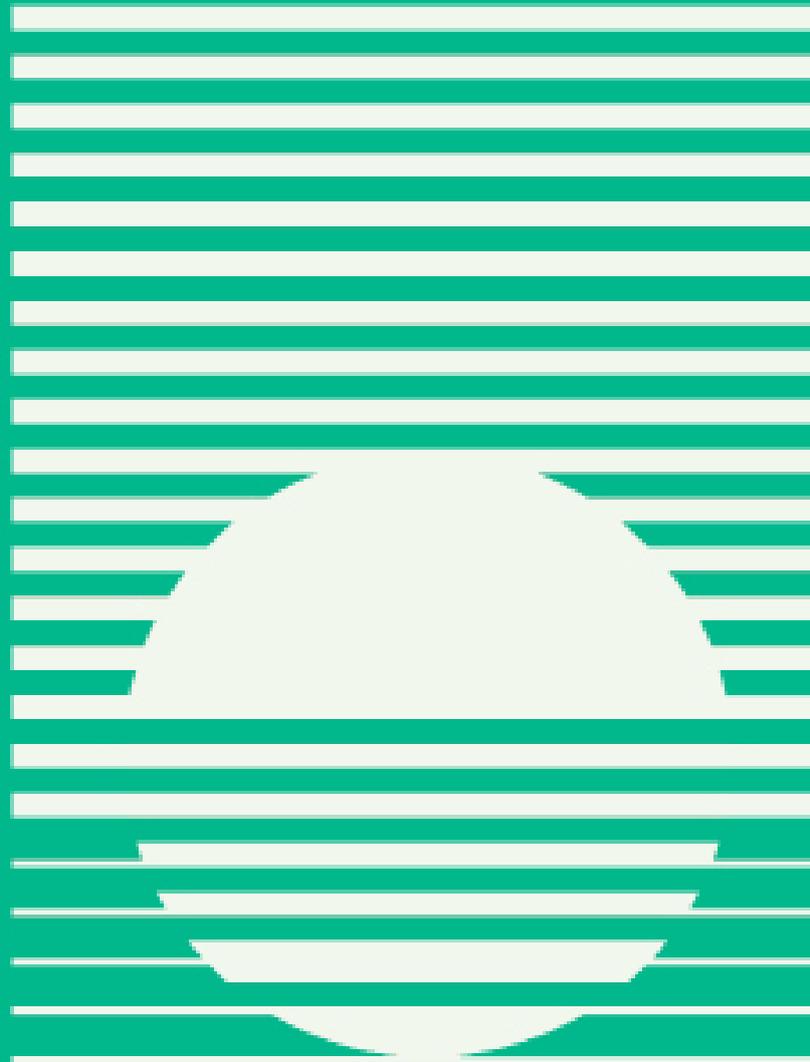
ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

07
2018



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; política externa brasileira; internacionalização das políticas públicas; direitos humanos; gênero e relações internacionais; migrações; cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação Sul-Sul; política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); meio-ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Juliana Pinto Lemos da Silva

Editor Adjunto: Diogo Ives de Quadros

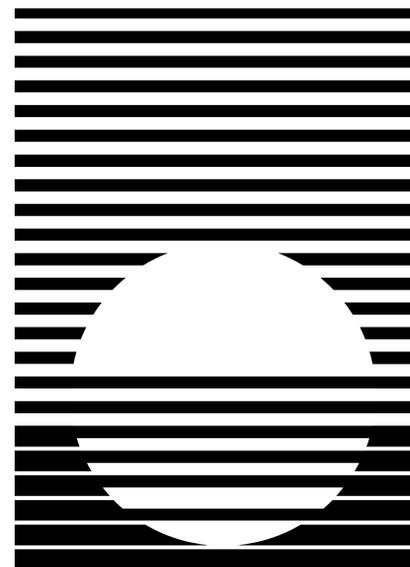
Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Conde, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar Chaves, Livia Liria Avelhan, Luã Braga de Oliveira, Maria del Carmen Villareal Villamar, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Niury Novacek Gonçalves de Faria, Pablo Saturnino Braga.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Rua da Matriz 82, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 | Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Hesitações da Justiça brasileira quanto à soltura de Lula repercutem no mundo
Carta de líderes chilenos apoiando Lula gera controvérsia
Foro de São Paulo teve destaque na imprensa boliviana

Página 05

Cresce oposição a Evo Morales, e Carlos Mesa é investigado
Pedido de prisão de Correa provoca mal-estar na região
Maduro assume responsabilidade pela crise venezuelana

Página 06

Uribe desiste de sua renúncia ao Senado após acusações na Justiça
Um mês antes da posse, Mario Abdo Benítez tem intensa agenda externa

Página 07

Uruguai ratifica tratado de proibição de armas nucleares
Livre comércio avança na América Latina
Andrés Manuel Lopez Obrador é eleito presidente no México

Página 08

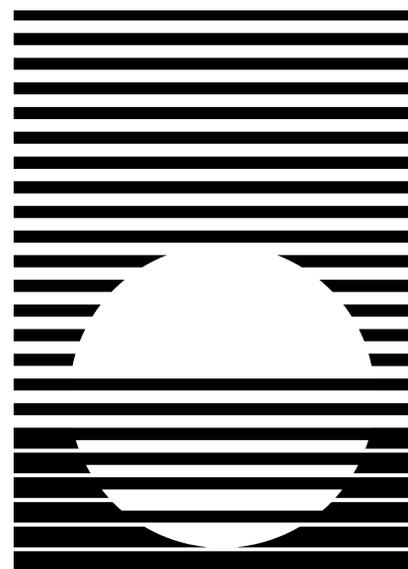
X Cúpula do BRICS ocorre em Johannesburg
China usa inteligência artificial para ajudar em decisões diplomáticas

Página 09

EUA enfrentam dificuldade para lidar com resíduos recicláveis
Turquia solicita entrada nos BRICS
Defensores dos direitos humanos são reprimidos em países latino-americanos

Página 10

América Latina promove avanços em direitos das mulheres e LGBTI
Pacto Mundial sobre Migração é assinado



Hesitações da Justiça brasileira quanto à soltura de Lula repercutem no mundo

No dia 7 de julho de 2018, completou-se três meses que o ex-presidente Lula foi preso após ser condenado pelo caso do triplex do Guarujá na Operação Lava Jato. No dia 8, o desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Rodrigo Favreto, durante plantão judiciário, determinou a suspensão da execução provisória da pena e a liberdade imediata de Lula. Segundo o desembargador, entre os motivos apresentados para a soltura, está a garantia da liberdade para viajar pelo país em campanha presidencial para as eleições de outubro. Em férias, o juiz Sergio Moro, relator da Lava Jato, emitiu documento em que questionava a competência do desembargador para demandar a soltura do ex-presidente. Em seguida, o juiz federal João Pedro Gebran Neto, relator do processo de habeas corpus de Lula no TRF-4, confirmou a suspensão da soltura de Lula, determinando que a Polícia Federal do Paraná, estado em que Lula está preso, não modifique as instruções recebidas pelo Supremo Tribunal Federal. O evento teve repercussão internacional: o jornal argentino Clarín ressaltou a incerteza provocada por uma “guerra de juízes”, o New York Times relacionou o “alvorço legal” com a corrida presidencial de outubro, e a rede britânica BBC referiu-se a Lula como uma “figura polarizadora”. O espanhol El País destacou o “conflito judicial” às vésperas das eleições; já o italiano Corriere della Sera comparou a “guerra de decisões” ao caso do italiano Cesare Battisti, também julgado pela justiça brasileira.

Fontes: [BBC](#), 08/07/2018; [Clarín](#), 08/07/2018; [Folha de S. Paulo](#), 08/07/2018; [G1](#), 08/07/2018; [New York Times](#), 08/07/2018; [UOL](#), 08/07/2018 [BBC](#), 09/07/2018; [Veja](#), 10/07/2018.

Carta de líderes chilenos apoiando Lula gera controvérsia

Uma carta, publicada em 09 de julho, dirigida ao Judiciário brasileiro e assinada por mais de 40 líderes progressistas chilenos, entre os quais a ex-presidente Michelle Bachelet, apoia a inscrição da candidatura presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. A audiência marcada com o embaixador do Brasil em Santiago, onde a carta seria entregue, entretanto, foi cancelada. A carta gerou controvérsias no Chile, causando um enfrentamento entre congressistas e líderes políticos de esquerda e de direita, envolvendo também atores

dos dois países. O embaixador brasileiro no Chile, Carlos Duarte, criticou os políticos chilenos que se manifestaram contra a justiça brasileira. Duarte assinalou que nas declarações de alguns políticos chilenos havia comentários desrespeitosos que confundiam fatos, deslegitimavam as decisões legais e ofendiam as instituições de um Estado democrático. Em 10 de julho, o atual chanceler, Roberto Ampuero, sugeriu prudência e afirmou que o Brasil tinha um Judiciário independente, e devia ter respeitada sua institucionalidade. O ex-chanceler no governo de Bachelet, Heraldo Muñoz, assinalou que embora a carta refletisse o apoio de políticos progressistas chilenos a Lula, era necessário respeitar o Judiciário brasileiro. O presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Rodrigo Maia, em visita ao Chile em 19 de julho, afirmou que o assunto só deveria envolver os brasileiros, e que a justiça brasileira não deveria ser deslegitimada. O ex-embaixador do Chile no Brasil, Jaime Gazmuri, e o ex-ministro Carlos Ominami, sugeriram que as declarações de Maia podem ter influenciado no cancelamento da audiência marcada com o embaixador brasileiro. O presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado do Chile se manifestou contrário à decisão da embaixada de cancelar a reunião onde a carta seria entregue, e assinalou que o fato de recebê-la não afetava a dignidade do Estado brasileiro.

Fontes: [Agencia EFE](#), 10/07/2018; [Emol](#), 19/07/2018; [Emol](#), 22/07/2018; [UOL](#), 22/07/2018.

Foro de São Paulo teve destaque na imprensa boliviana

A imprensa boliviana deu grande repercussão à realização, entre 15 e 17 de julho, do XXIV Encontro do Foro de São Paulo, que reúne partidos e grupos latino-americanos e caribenhos de esquerda. De maneira geral, o encontro foi marcado pela preocupação com o avanço da direita na região e pela defesa de líderes de esquerda de diversos países. Durante o evento, o presidente da Bolívia, Evo Morales, fez diversas declarações sobre a política da região. Dentre elas, destaca-se o respaldo a Nicolás Maduro, presidente da Venezuela, país que passa por uma grave crise; ao ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que está preso; e ao presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, que foi questionado por uma série de protestos contra seu governo. Morales relacionou esse contexto político da região ao imperialismo estadunidense e afirmou que acreditava na existência de um Plano Condor judicial e midiático, comandado pelos EUA

e pela direita regional, para perseguir e eliminar politicamente líderes de esquerda. Repercutiu também o apoio dado pelo Foro de São Paulo à demanda marítima boliviana e à recandidatura de Morales à presidência da Bolívia.

Fontes: [El Deber](#), 17/07/2018; [La Razón](#), 17/07/2018; [La Razón](#), 17/07/2018; [La Razón](#), 17/07/2018; [El Deber](#), 18/07/2018.

Cresce oposição a Evo Morales, e Carlos Mesa é investigado

No mês de julho, após meses de mobilizações populares, tanto a favor como contra uma nova candidatura do atual presidente boliviano Evo Morales, nas eleições de 2019, partidos políticos e “movimentos cidadãos” se juntaram sob a consigna Bolivia Dijo No (Bolívia disse não, em espanhol). O lema se refere ao plebiscito, ocorrido no dia 21 de fevereiro de 2016 e popularmente conhecido como 21F, no qual a população boliviana foi consultada e votou contrariamente à proposta do MAS, partido de Morales, de uma alteração na Constituição possibilitando uma nova reeleição do presidente. Nos últimos meses, tem crescido a oposição ao MAS e a Morales, e a polarização política também tem aumentado. Além disso, no dia 25 de julho, o Tribunal Supremo de Justiça aceitou a denúncia do Ministério Público contra Carlos Mesa, ex-presidente boliviano, um dos principais nomes da oposição ao MAS e um dos principais candidatos às eleições de 2019. Mesa é acusado de irregularidades na expulsão da empresa chilena Quiborax em 2004, quando ainda era presidente. Mesa revogou a concessão para a exploração de ulexita que a empresa tinha na região do Salar de Uyuni. Após a expulsão, a empresa recorreu ao Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos do Banco Mundial, que decidiu pelo pagamento por parte do Estado boliviano de US\$42,6 milhões de indenização. O ex-presidente acusou o judiciário boliviano, que é eleito popularmente, de ser aparelhado pelo MAS e de ter se tornado um braço do Executivo, além de afirmar sofrer perseguição política. Os próximos passos desta investigação cabem à Assembleia Legislativa Plurinacional. O MAS afirmou que entrará com novas acusações contra Jorge Quiroga, ex-presidente e líder da oposição, por irregularidades nas concessões de exploração a empresas privadas em Uyuni.

Fontes: [La Razón](#), 09/07/2018; [La Razón](#), 13/07/2018;

[La Razón](#), 19/07/2018; [El Deber](#), 22/07/2018; [La Razón](#), 25/07/2018; [La Razón](#), 25/07/2018; [El Deber](#), 27/07/2018; [La Razón](#), 27/07/2018; [El Deber](#), 29/07/2018.

Pedido de prisão de Correa provoca mal-estar na região

O mês de julho foi marcado pela ampla repercussão do pedido de extradição e prisão do ex-presidente do Equador, Rafael Correa. A juíza Daniella Camacho determinou a prisão do ex-líder do país por conta do seu não comparecimento à Corte Nacional de Justiça (CNJ). Correa responde penalmente no Equador, por suposta participação na tentativa de sequestro do ex-parlamentar Fernando Balda. A Procuradoria equatoriana solicitou à Interpol que procedesse com a extradição, visto que Correa reside atualmente na Bélgica. A defesa do ex-presidente, entretanto, afirma não haver provas das alegações feitas pela acusação e que se trata de uma conspiração política. O fato dividiu opiniões no âmbito doméstico e provocou declarações de importantes figuras políticas da América Latina. Diversos manifestantes foram às ruas de Quito em protesto denominado Indígnate Ecuador, que teve como pauta o repúdio à ordem de prisão de Correa e às políticas neoliberais em curso no país. Pelo Twitter, os presidentes da Bolívia, Evo Morales, e da Venezuela, Nicolas Maduro, também se manifestaram. Morales solidarizou-se com Correa e denunciou a ingerência estadunidense na suposta conspiração política contra o ex-líder equatoriano. O presidente venezuelano, na mesma linha, afirmou que, após Kirchner e Lula, Corrêa seria o novo alvo da perseguição política contra líderes latino-americanos. O Papa Francisco também mostrou-se solidário ao ex-presidente do Equador. Em audiência privada a líderes argentinos, o Sumo Pontífice comparou o caso com o ocorrido com o ex-presidente Lula e declarou que parece haver uma “tendência continental guiada pelos EUA para suprimir esse tipo de lideranças”.

Fontes: [El Mercurio](#), 03/07/2018; [El Deber](#), 04/07/2018; [La República](#), 04/07/2018; [La Razón](#), 04/07/2018; [TeleSur](#), 06/07/2018; [El Mercurio](#), 01/08/2018.

Maduro assume responsabilidade pela crise venezuelana

No dia 25 de julho, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, anunciou um conjunto de medidas para fazer frente a crise econômica do país, marcada

pela recessão, o desabastecimento de produtos básicos, o câmbio paralelo e uma hiperinflação estimada em 1.000.000% para este ano, segundo o Fundo Monetário Internacional. As medidas incluem: a eliminação de cinco zeros das cédulas e moedas que começarão a ser emitidas em 20 de agosto e que serão lastreadas no petro (a criptomoeda do país), um projeto de lei para modificar o regime cambial e incentivar a circulação de moeda estrangeira no país, a entrega ao Banco Central de reservas petrolíferas certificadas, um decreto que exonera de impostos uma série de produtos, a realização de um censo do transporte público e privado do país para reorganizar a distribuição de combustíveis, e possivelmente o reajuste do preço da gasolina. O último reajuste havia sido feito em fevereiro de 2016, o primeiro em 20 anos. Alterações das políticas econômicas vêm sendo discutidas pelo Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) e líderes mais críticos a Maduro pediram por uma redução da intervenção do governo na economia nacional. Entre 28 e 30 de julho, realizou-se o IV Congresso do PSUV, no qual Maduro foi reeleito presidente do partido, mas esta edição revelou divisões internas, especialmente na área econômica. Durante o evento, Maduro fez um discurso no qual afirmou que os modelos até agora buscados pelo país fracassaram e que tal fracasso era responsabilidade de seu governo, além de pedir a seus ministros que trocassem as desculpas por resultados, estabelecendo o prazo de dois anos para obter recuperação e estabilidade econômicas.

Fontes: [El Universal](#), 28/07/2018; [El Nacional](#), 29/07/2018; [G1](#), 29/07/2018; [El Universal](#), 29/07/2018; [El Universal](#), 31/07/2018.

Uribe desiste de sua renúncia ao Senado após acusações na Justiça

No mês de julho, os jornais colombianos reportaram que o ex-presidente colombiano Álvaro Uribe entregou uma carta ao presidente do Senado, Ernesto Macías, renunciando ao seu cargo como senador, após ser indiciado formalmente em uma investigação da Suprema Corte de Justiça. A carta foi enviada por Uribe à Macías no dia 24 de julho, uma semana após o ex-presidente ter tomado posse no Senado. Na carta, Uribe, que foi o senador mais votado na história da Colômbia, se disse moralmente impedido de atuar como governante e, ao mesmo tempo, tratar de sua defesa frente a Suprema Corte de Justiça. A Suprema Corte decidiu abrir uma investigação formal após denúncias do legislador opositor Iván Cepeda contra

Uribe por delitos de suborno, fraude processual e manipulação de testemunhas. Os jornais divulgaram que o partido Centro Democrático estava preocupado com a decisão do ex-mandatário, principalmente porque precisava contar com sua liderança para implementar a agenda legislativa do presidente eleito, Iván Duque, do mesmo partido. Para que sua renúncia fosse validada era necessário que fosse realizada uma votação no Congresso, o que ocorreria nas próximas semanas. Contudo, no dia 1º de agosto, Uribe anunciou que, por enquanto, não renunciará ao Senado e que Ernesto Macías deveria arquivar sua carta. A oposição, por sua vez, manifestou-se afirmando que Uribe agiu desta forma para manipular a opinião pública e desviar a atenção do tema principal, que é a investigação contra ele.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 24/07/2018; [G1](#), 24/07/2018; [El Tiempo](#), 29/07/2018; [El Tiempo](#), 30/07/2018; [El Tiempo](#), 01/08/2018.

Um mês antes da posse, Mario Abdo Benítez tem intensa agenda externa

Desde sua eleição como presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez tem feito várias viagens internacionais, visitando no mês de julho, os EUA, a Guatemala, o Chile, o Uruguai e a Bolívia. Em sua visita a Montevidéu, em 02 de julho, Abdo Benítez tratou com o presidente uruguaio a situação do Mercosul e as prioridades que o bloco terá nos próximos meses. Em 04 de julho, no Chile, o presidente eleito, reuniu-se com Sebastián Piñera, presidente chileno, com quem acordou impulsionar a cooperação energética, fortalecer o comércio e a cooperação entre ambos os países. Abdo Benítez também tratou do avanço do corredor bioceânico com Piñera. Além de também dialogar sobre o corredor com o presidente boliviano, Evo Morales, em sua visita à Bolívia no dia 12 de julho Abdo Benítez discutiu sobre a compra de gás boliviano pelo Paraguai. Os dois mandatários anunciaram o começo de um novo ciclo de integração entre os dois países, apoiado no desenvolvimento energético e na infraestrutura. A partir do dia 30 de julho, Abdo Benítez começou uma intensa agenda nos EUA. O mandatário visitou militares paraguaios que vem sendo treinados pelo exército estadunidense. Com uma agenda focada em assuntos econômicos, além da visita ao secretário do Tesouro, Abdo Benítez se reuniu com dirigentes de organizações internacionais como a OEA, o FMI e o BID, e com outras autoridades econômicas e financeiras, de bancos e fundos de investimento privados, com os

quais o presidente espera promover maiores negócios no Paraguai. Sua posse será em 15 de agosto.

Fontes: [ABC](#), 04/07/2018; [La Nación](#), 12/07/2018; [Agencia EFE](#), 29/07/2018; [Última Hora](#), 30/07/2018.

Uruguai ratifica tratado de proibição de armas nucleares

No dia 25 de julho, o embaixador uruguaio na Organização das Nações Unidas (ONU), Elbio Rosselli, depositou na sede dessa instituição o instrumento de ratificação do Tratado de Proibição de Armas Nucleares. O Uruguai foi o décimo terceiro país a ratificar o documento, sendo que é necessária a ratificação de ao menos 50 países para que o tratado entre em vigor. O tratado foi adotado na ONU em 7 de julho de 2017, para criar um instrumento juridicamente vinculante que proíba as armas nucleares, com o objetivo de eliminá-las completamente. Na ocasião, ele foi aprovado por 122 votos a favor, um contra (da Holanda), e uma abstenção (de Singapura). A chancelaria uruguaia emitiu uma nota oficial em que destacou que a ratificação do tratado reafirma a condição do Uruguai de país pacífico e seu compromisso com o fortalecimento do regime de desarmamento e não proliferação nuclear. Para além disso, a nota salienta que a adesão a esse novo marco normativo multilateral põe em prática uma política externa que privilegia e promove a necessidade de continuar avançando nas negociações pelo desarmamento total, por meio da consolidação de um rigoroso regime internacional.

Fontes: [Ministério de Relações Exteriores do Uruguai](#), 27/07/2018; [El País](#), 28/07/2018; [La Red 21](#), 29/07/2018; [República](#), 30/07/2018.

Livre comércio avança na América Latina

No mês de julho, a aproximação entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul foi destaque na Argentina e no Uruguai. A primeira cúpula dos dois blocos comerciais foi realizada no dia 25, em Puerto Vallarta, no México, durante a XIII Cúpula da Aliança do Pacífico. A imprensa argentina destacou que uma maior convergência entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul, por meio de iniciativas de cooperação entre ambos, é uma forma de lidar com um protecionismo crescente no comércio internacional, defendido sobretudo pelo presidente dos EUA, Donald Trump. Foi divulgada uma declaração oficial, repercutida pelas chancelarias da Argentina e do Uruguai, em que

os países dos dois blocos comerciais reforçaram o compromisso com o sistema multilateral de comércio. Além disso, foi criado um plano de ação para tratar de vários temas, como a facilitação do comércio e a questão das barreiras não tarifárias. No Uruguai, a Câmara de Representantes aprovou, no dia 31 de julho, o Tratado de Livre-Comércio com o Chile. Houve 85 votos a favor e somente um contra. A decisão vinha se arrastando desde fevereiro de 2017, quando um projeto de lei sobre o tema havia sido proposto no Parlamento. O tratado integra aspectos de proteção ao meio ambiente, cláusulas sobre condições de trabalho e impede que haja dupla tributação nos dois países. Apesar de ter havido apenas um voto contra, a imprensa uruguaia destacou que houve discordâncias dentro do bloco governista, o Frente Amplio. Muitos parlamentares que eram contrários ao acordo com o Chile afirmaram que votaram a favor por fidelidade partidária.

Fontes: [Ministério de Relações Exteriores da Argentina](#), 25/07/2018; [Clarín](#), 25/07/2018; [Ministério de Relações Exteriores do Uruguai](#), 25/07/2018; [La Nación](#), 26/07/2018; [Montevideo Portal](#), 31/07/2018; [El Observador](#), 31/07/2018; [Radio Uruguay](#), 31/07/2018.

Andrés Manuel Lopez Obrador é eleito presidente no México

Em 1º de julho, Andrés Manuel Lopez Obrador, do Movimento de Regeneração Nacional (Morena, na sigla em espanhol), foi eleito presidente do México com 53% dos votos. A votação alcançada por Obrador foi maior que o somatório dos votos obtidos pelo segundo lugar, Ricardo Anaya, do Partido Revolucionário Institucional (PRI), e pelo terceiro lugar, José Antonio Meade, do Partido Ação Nacional (PAN). A eleição de Obrador representa a primeira eleição de um presidente de esquerda no México e a interrupção de um ciclo de 89 anos em que apenas candidatos do PRI e do PAN eram eleitos para presidência do país. Além disso, a coligação liderada pelo Morena, em conjunto com o Partido do Trabalho (PT) e o Partido Encontro Social (PES), obteve votação para a Câmara Federal e para o Senado suficiente para garantir maioria ao governo nas duas casas. Ao longo do processo eleitoral, os temas que dominaram as campanhas presidenciais foram a violência do narcotráfico, infiltrada em diferentes setores do Estado, além da imigração e da relação com

os EUA. Por fim, destaca-se que as eleições de 2018 foram uma das mais violentas da história do país, com o assassinato de 46 candidatos a cargos locais e parlamentares (em 2012, houve um candidato morto).

Fontes: [BBC](#), 18/06/2018; [Exame](#), 28/06/2018; [Folha de S. Paulo](#), 28/06/2018; [UOL](#), 29/06/2018; [EBC](#), 02/07/2018; [El Universal](#), 03/07/2018.

X Cúpula do BRICS ocorre em Johannesburg

Entre os dias 25 e 27 de julho, ocorreu a X Reunião de Cúpula do BRICS na cidade de Johannesburg. A reunião contou com os chefes de Estado e de Governo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A Cúpula teve como tema BRICS na África e a preocupação com o crescimento inclusivo e a prosperidade. As críticas aos EUA foram intensas durante todo o evento. O presidente chinês, Xi Jinping, repudiou a guerra comercial estadunidense, embora sem mencionar diretamente Donald Trump. O posicionamento do bloco também foi de encontro à política externa dos EUA: os BRICS declararam o apoio a uma solução negociada entre israelenses e palestinos que inclua a questão de Jerusalém, e também marcaram posição na questão nuclear iraniana, destacando a importância do acordo nuclear abandonado pelos EUA e rechaçando a política de sanções contra o regime iraniano. Entre as iniciativas tomadas durante a reunião, o governo brasileiro e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) assinaram acordo para que a instituição tenha um escritório regional das Américas em São Paulo. Foi estabelecida a Rede BRICS de Parques Científicos, Incubadoras de Empresas de Tecnologia e Pequenas e Médias Empresas, para enfrentar de forma conjunta os desafios da quarta revolução industrial. Destaca-se que a saída do presidente Michel Temer antes da rodada de discursos dos países africanos convidados para a cúpula repercutiu negativamente. Apesar da tentativa de Temer de usar o evento para melhorar sua imagem, ele foi o único presidente do bloco a não se encontrar com o presidente russo, Vladimir Putin, em uma reunião bilateral. Como resultado do encontro, os países assinaram a Declaração de Johannesburg, onde estão definidos os compromissos assumidos para o ano de 2019. Em declaração conjunta, os BRICS defenderam a importância de uma ordem mundial mais justa, igualitária, democrática e representativa, e seus líderes reiteraram a defesa do sistema multilateral, sobretudo da Organização Mundial do Comércio (OMC), face ao crescente protecionismo, e sinalizaram a importância de se aprofundar a

cooperação entre os países.

Fontes: [Firstpost](#), 26/07/2018; [Folha de S. Paulo](#), 26/07/2018; [Folha de S. Paulo](#), 27/07/2018; [BBC](#), 27/07/2018; [Xinhua](#), 28/07/2018; [The Quint](#), 29/07/2018; [TASS](#), 30/07/2018; [Estadão](#), 30/07/2018.

China usa inteligência artificial para ajudar em decisões diplomáticas

A China está desenvolvendo protótipos de sistemas diplomáticos baseados em inteligência artificial. O principal objetivo dos sistemas seria avaliar que tipo de riscos as ações e projetos internacionais chineses correm, incluindo terrorismo e golpes de Estado. Um dos sistemas, criado pela Academia Chinesa de Ciências e que já está sendo usado pelo Ministério de Relações Exteriores chinês, busca padrões em uma ampla variedade de dados, desde conversas diplomáticas em coquetéis, até imagens de satélite, para ajudar em possíveis estratégias. O Ministério confirmou que se adaptará às tendências tecnológicas e que explorará as tecnologias mais recentes para melhorar o seu trabalho. Pesquisadores que trabalham no desenvolvimento desses sistemas afirmaram que o AI policymaker foi idealizado como um sistema de apoio para decisões estratégicas e frisaram que as decisões finais ainda serão tomadas por seres humanos. Desse modo, o sistema funcionaria de modo a auxiliar o formulador de políticas que precisa tomar uma decisão rápida em uma situação complexa e urgente, fornecendo uma gama de opções com recomendações que podem direcionar a melhor decisão. Apesar de estar nos estágios iniciais, este tipo de tecnologia já atraiu muita atenção, com muitos grupos de pesquisa desenvolvendo sistemas desse tipo, segundo o Dr. Feng Shuai, dos Institutos Xangai para Estudos Internacionais. Para o pesquisador, os sistemas de inteligência artificial podem usar o poder científico para ler e analisar dados de uma maneira que os seres humanos não podem, e o AI policymaker estaria imune a fatores subjetivos que podem influenciar uma tomada de decisão. O sistema “nem sequer consideraria os fatores morais que entram em conflito com os objetivos estratégicos”, acrescentou Feng. Uma conferência discutindo o impacto da inteligência artificial na diplomacia foi organizada pela Universidade de Negócios Internacionais e Economia em Pequim, na qual os pesquisadores compartilharam alguns progressos recentes.

Fontes: [South China Morning Post](#), 30/07/2018; [Daily Mail](#), 30/07/2018; [Sputnik News](#), 30/07/2018; [Newsweek](#), 30/07/2018; [The Times](#), 31/07/2018.

EUA enfrentam dificuldade para lidar com resíduos recicláveis

No mês de julho, teve grande repercussão na imprensa internacional a dificuldade que os EUA estão enfrentando para lidar com os resíduos recicláveis produzidos pelas indústrias. Essa questão é resultado da aprovação na China, que era a principal compradora dos resíduos estadunidenses e responsável pela sua transformação em matéria prima industrial, da nova política para banir a importação de plástico, que entrou em vigor em 2018. Os demais países compradores (Índia, Indonésia e Vietnã) não possuem capacidade para substituir a demanda chinesa, e assim, os EUA terão de reciclar seus próprios resíduos. Entretanto, existe uma incapacidade do setor nacional de absorver a demanda, o que fez com que algumas cidades da Flórida cancelassem a coleta para reciclagem, e outros estados enviassem o material para lixões ou aterros sanitários, onde não serão reciclados. De acordo com um estudo publicado pela Universidade da Geórgia, a estimativa é de que, com a aprovação da nova legislação chinesa, serão produzidas 111 milhões de toneladas de plástico sem destino até 2030.

Fontes: [WHYY](#), 01/07/2018; [South China Morning Post](#), 03/07/2018; [UN Environment](#), 06/07/2018; [Folha de S. Paulo](#), 11/07/2018; [Folha de S. Paulo](#), 14/07/2018.

Turquia solicita entrada nos BRICS

Em 27 de julho, o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, tornou público o pedido de adesão da Turquia ao BRICS. A solicitação ocorreu durante a X Cúpula do bloco, realizada em Joanesburgo, em que a Turquia participou como convidada, devido à presidência de turno da Organização de Cooperação Islâmica. Essa foi a primeira vez que a Turquia participou de uma reunião de alto nível dos BRICS. Segundo Erdogan, o governo turco deseja trabalhar junto aos países do BRICS, especialmente na área econômica, de comércio e de desenvolvimento. Em sua visão, a Turquia já vem trabalhando conjuntamente com Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul no G20 e deseja que sejam tomadas as medidas necessárias para que o país se integre ao bloco. Além disso, Erdogan afirmou que é possível criar formas de colaboração entre as instituições de seu país e as dos BRICS, principalmente o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Conselho Empresarial, e citou que a colaboração existente pode ser transformada para a criação de uma nova

e imparcial agência internacional de avaliação de risco de crédito. Por fim, o presidente turco relatou à imprensa que a sugestão foi calorosamente recebida pelos Estados-membros, especialmente pela China. Destaca-se que outras nações já realizaram pedidos de inclusão ao grupo e que o tema é motivo de intensos debates entre seus membros.

Fontes: [Hurriyet Daily News](#), 27/07/2018; [Sputnik News](#), 29/07/2018; [El Economista](#), 29/07/2018; [Hurriyet Daily News](#), 29/07/2018; [Estadão](#), 30/07/2018; [Sputnik News](#), 30/07/2018; [Nexo Jornal](#), 31/07/2018.

Defensores dos direitos humanos são reprimidos em países latino-americanos

No dia 23 de julho, a brasileira Raynéia Lima foi assassinada em Manágua, capital da Nicarágua. A polícia nicaraguense afirma que o crime foi cometido por um segurança particular. A versão oficial entra em conflito com relatos de que um grupo de paramilitares teria metralhado o carro da estudante. Raynéia é mais uma vítima da onda de violência que toma conta do país devido à forte repressão do governo do presidente Ortega contra as manifestações contrárias à reforma no sistema de aposentadoria, que tiveram início em abril. A Anistia Internacional, em relatório, documentou 400 mortes, 2.000 pessoas feridas e 500 detidas, em uma clara violação de direitos humanos no país. A organização acusa a polícia da Nicarágua e grupos armados pró-governamentais de uso excessivo da força, execuções extrajudiciais, controle da mídia, torturas e detenções arbitrárias. Na Colômbia, o assassinato de líderes sociais e as ameaças a jornalistas preocupam organizações internacionais. Segundo dados apresentados pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e Paz (Indepaz), desde o início de 2018, 123 defensores dos direitos humanos foram mortos. Os assassinatos se intensificaram desde as eleições presidenciais: entre 23 de junho e 4 de julho, 21 ativistas foram mortos, cinco deles pertencentes ao movimento político Colômbia Humana. Ainda sobre crimes contra defensores de direitos humanos, a Anistia Internacional emitiu um alerta ressaltando que todos os países do BRICS estão falhando em proteger os direitos humanos. O Brasil, em particular, é pelo segundo ano consecutivo, o país com o maior número de assassinatos de ativistas ambientais: foram 57 mortes em 2017, segundo a ONG Global Witness. A organização ainda afirma que 60% das vítimas identificadas (207 mortes) estão na América Latina.

Fontes: [El Tiempo](#), 06/07/2018; [El Mundo](#), 07/07/2018; [El País](#), 07/07/2018; [Carta Capital](#), 24/07/2018; [Global Witness](#), 24/07/2018; [Anistia Internacional](#), 25/07/2018; [Anistia Internacional](#), 25/07/2018; [Anistia Internacional](#), 30/07/2018.

América Latina promove avanços em direitos das mulheres e LGBTI

Andrés Manuel López, presidente eleito no México, adotou a paridade de gênero para escolher a alta cúpula do governo. Dos 16 escolhidos, oito são mulheres. Olga María Cordero, ex-ministra da Suprema Corte, foi escolhida como secretária de Governo. Graciela Colín, professora e doutora em história, será secretária de Economia. Rocío García, engenheira petroquímica e ex-deputada do partido de AMLO (MORENA), foi selecionada como secretária de Energia. Luisa Alcalde, Coordenadora Nacional de Jovens e Estudantes do MORENA, ocupará o cargo de secretária de Trabalho. Alejandra Guerrero, promotora cultural, foi indicada como secretária da Cultura. Josefa Mena, foi nomeada titular da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Irma Ballesteros, que encabeçou trabalhos de transparência, foi designada como secretária da Função Pública. Por fim, María Luisa González, agrônoma na Organização Indígena da Serra do Nordeste do estado de Puebla, foi indicada para secretária do Desenvolvimento Social. A paridade de gênero na política significa, na prática, maior democracia nas decisões, já que representantes de uma parcela significativa da sociedade terão a possibilidade de fazer parte da tomada de decisões e levar para a arena política as questões relacionadas às suas experiências. No Chile, o governo vem anunciando mudanças constitucionais que buscam reduzir as desigualdades de gênero, e o debate sobre a descriminalização do aborto motiva as manifestações de ativistas a favor, por um lado, e resistência de grupos autointitulados “pró-vida”, por outro. No dia 25 de julho, três mulheres foram esfaqueadas numa passeata feminista por agressores contrários à manifestação. Por fim, em Cuba, o projeto de nova Constituição abre caminho para o casamento homossexual, ao considerar o matrimônio como uma união concertada entre duas pessoas, sem definir o sexo, um avanço que é resultado de uma demanda da comunidade LGBT cubana.

Fontes: [La Silla Rota](#), 02/07/2018; [RPP Notícias](#), 21/07/2018; [El País](#), 27/07/2018.

Pacto Mundial sobre Migração é assinado

No dia 13 de julho, foi assinado o Pacto Mundial para uma Migração, Segura, Ordenada e Regular. Dos 23 objetivos do documento, destaca-se o tema da separação de famílias, questão em voga em razão das medidas de Donald Trump, apesar de os EUA não fazerem parte do Pacto. Das 2500 famílias separadas na fronteira estadunidense, apenas 364 foram reunidas. Algumas crianças não reconheceram seus pais após o reencontro, e alguns ficaram mais de três meses separados. O Pacto trata também da não devolução de migrantes que apresentem risco real e previsível de morte, tortura e maus tratos. O documento tem importância política, mas não é vinculante, e cada Estado conserva sua soberania na criação de políticas migratórias e gestão dos fluxos. Em julho, foram diversos os casos de países europeus que se negaram a receber refugiados. Na Cúpula Informal de Ministros de Interior da União Europeia, realizada no dia 12 de julho, Áustria, Itália e Alemanha formaram um eixo para delimitar a entrada de indivíduos em seus territórios. Os três países defendem o recebimento apenas daqueles que, de fato, necessitem, segundo seus ministros. No dia 10 de julho, a Itália negou o desembarque de uma navegação comercial com bandeira italiana, que transportava alguns migrantes resgatados no mar. A reunião para o Pacto Global desmentiu alguns mitos sobre a agenda de migração, principalmente a alegação de que o atual fluxo migratório é no sentido Sul-Norte, quando na verdade 75% da migração africana acontece dentro do continente, e 60% da latino-americana é mantida na região. Um exemplo, além da migração colombiana e venezuelana, é a situação dos nicaraguenses que têm se dirigido a Costa Rica. O conflito na Nicarágua já deixou mais de 300 mortos e fomentou um fluxo de mais de 3 mil pessoas atravessando a fronteira por semana. O governo costa-riquenho assinou um decreto para administrar a situação, e recebeu ajuda da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do ACNUR para criação de dois centros de recebimento de refugiados.

Fontes: [DW](#), 09/07/2018; [Folha de S. Paulo](#), 09/07/2018; [Reuters](#), 10/07/2018; [Terra](#), 12/07/2018; [ONU](#), 13/07/2018; [O Globo](#), 20/07/2018; [G1](#), 27/07/2018.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

